

G
g
y
i
A
s
k
p
d
V
z
b
f
C
T
f
G
M
w


T
TextO
D para
DiscussãO

6

**Populações Indígenas
e Resgate de Tradições Agrícolas**

José Pereira da Silva



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Secretaria de Administração Estratégica
Ministério da Agricultura e do Abastecimento*

Populações Indígenas e Resgate de Tradições Agrícolas

José Pereira da Silva

*Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia
Brasília, DF
2001*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Secretaria de Administração Estratégica

Parque Estação Biológica – PqEB – Av. W3 Norte (final)

CEP 70770-901 – Brasília, DF

Fones: (61) 448-4452

(61) 344-7480

Corpo editorial:

Antônio Flávio Dias Ávila

Antônio Raphael Teixeira Filho

Ivan Sérgio Freire de Sousa – Presidente

Levon Yeganiantz

Produção editorial e gráfica:

Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia

Copidesque:

Corina Barra Soares

Normalização bibliográfica:

Zenaide Paiva do Rêgo Barros

Editoração eletrônica:

José Batista Dantas

Projeto gráfico:

Tênisson Waldow de Souza

Tiragem: 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

CIP-Brasil.Catalogação-na-publicação.

Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia.

Silva, José Pereira da.

Populações indígenas e resgate de tradições agrícolas / José Pedreira da Silva. – Brasília : Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2001.

48p. ; (Texto para Discussão ; 6).

1. Sociologia agrícola – Brasil. 2. Índio – Comunidade – Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 306.3490981

© Embrapa 2001

Apresentação

Textos para Discussão é um veículo utilizado pela Secretaria de Administração Estratégica – SEA –, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, para dinamizar a circulação de idéias novas e a prática de reflexão e de debate sobre aspectos relacionados à ciência, à tecnologia, ao desenvolvimento agrícola e ao agronegócio.

O objetivo da série é fazer com que uma comunidade mais ampla, composta de profissionais das diferentes áreas científicas, debata os textos apresentados, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Os trabalhos trazidos a esta série poderão, em seguida, ser submetidos à publicação em qualquer livro ou periódico. Não se reserva aqui o direito de exclusividade de artigo ou monografia posta em discussão.

O leitor poderá apresentar comentários e sugestões, assim como debater diretamente com os autores, em seminários especialmente programados, ou utilizando qualquer um dos endereços fornecidos: eletrônico, fax ou postal.

O envio de trabalhos para a coleção deve ser endereçado à Embrapa, Secretaria de Administração Estratégica, Parque Estação Biológica – PqEB, Av. W3 Norte (final), CEP 70770-901, Brasília, DF. Fax: (61) 347-4480.

Os usuários da Internet podem acessar os trabalhos pelo endereço <http://www.embrapa.br/novidades/publica/apresent.htm/>. Para os usuários do Sistema Embrapa, basta clicar em **novidades**, na Intranet.

República Federativa do Brasil

Fernando Henrique Cardoso
Presidente

Ministério da Agricultura e do Abastecimento

Marcus Vinicius Pratini de Moraes
Ministro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Conselho de Administração

Márcio Fortes de Almeida
Presidente

Alberto Duque Portugal
Vice-Presidente

Dietrich Gehard Quast
José Honório Accarini
Sérgio Fausto
Urbano Campos Ribeiral
Membros

Diretoria Executiva da Embrapa

Alberto Duque Portugal
Diretor-Presidente

Dante Daniel Giacomelli Scolari
Elza Angela Battaglia Brito da Cunha
José Roberto Rodrigues Peres
Diretores-Executivos

Secretaria de Administração Estratégica

Mariza Marilena T. Luz Barbosa
Chefe



Populações Indígenas e Resgate de Tradições Agrícolas

José Pereira da Silva¹

¹ Ph.D. em Sociologia, pesquisador da Embrapa, Secretaria de
Administração Estratégica – SEA.

Introdução



celebração dos 500 anos da chegada do colonizador português ao Brasil ensejou uma série de reflexões e estudos sobre as populações indígenas que ocupavam o solo brasileiro. Sabe-se que milhões de habitantes se mantinham em comunhão com a natureza, sobrevivendo pela extração de recursos das florestas e dos cursos d'água, resumindo-se o seu sistema de produção à caça, à pesca e à agricultura rudimentar. Em recente publicação da Embrapa – *Terra e Alimento* –, há um trecho que retrata a real situação dos indígenas brasileiros, contrapondo-se à visão distorcida, etnocêntrica e preconceituosa que sempre justificou as ações predatórias contra suas culturas, as invasões de suas terras e o secular extermínio a que foram submetidos.

“Diferentemente do que se tem afirmado, o mesmo território a ser explorado era densamente povoado por vários milhões de homens e mulheres que passaram a ser denominados de índios, selvagens, bárbaros. Tratava-se de populações com suas línguas e culturas diversificadas, longamente assentados em suas terras, com expressiva concentração no litoral, de norte a sul. O lento e açodado movimento de ocupação da terra determinou o extermínio das populações indígenas ao longo do litoral, empurradas que foram, paulatinamente, para as terras mais recuadas e ainda não desejadas pelo homem branco (Embrapa, 2000)”.

Atualmente, apesar de algumas medidas legais tomadas a seu favor, as populações indígenas não estão totalmente livres da ação de extermínio, sobrevivendo em

reservas ou áreas ainda não demarcadas ou desrespeitadas por mineradores, seringueiros e agropecuaristas. O problema da terra permanece como pano de fundo para uma situação que os antropólogos consideram ainda mais grave: a ignorância da imensa sociodiversidade nativa contemporânea dos povos indígenas.

No entanto, recentes estudos indicam que, apesar da trágica história de extermínio dessas populações, nas últimas décadas a taxa de natalidade da população indígena ficou 10% maior do que a dos não-índios. Além do redirecionamento das políticas públicas em prol desse segmento da sociedade brasileira, essas populações estão se organizando em entidades sob a liderança dos próprios indígenas, com objetivos básicos de preservação dos valores culturais, resgate dos tradicionais sistemas medicinais, recuperação da diversidade genética e proteção da biodiversidade e do meio ambiente.

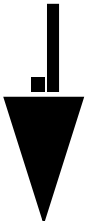
Nesse contexto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa – firmou convênio de cooperação com a Fundação Nacional do Índio – Funai – de apoio às comunidades indígenas, tanto na prospecção botânica e na documentação de recursos genéticos em terras indígenas, de interesse para a agricultura e para a alimentação, quanto na introdução ou reintrodução de recursos genéticos de animais e vegetais importantes para a produção de alimentos, além da transferência de tecnologias desenvolvidas pela Embrapa, também de interesse dessas comunidades.

É relevante o significado desse convênio, principalmente quando, motivadas pela comemoração dos 500 anos de descoberta do Brasil, várias instituições públicas e privadas tentam resgatar a dívida social com tais populações, a exemplo do projeto implementado pela Embrapa

Recursos Genéticos e Biotecnologia – Cenargen – nas comunidades craôs, no Tocantins. Esse centro de pesquisa colocou à disposição da comunidade indígena o seu banco de germoplasma, do qual constam sementes de milho coletadas há dezenas de anos e agora devolvidas às comunidades. De igual importância foi o trabalho desenvolvido pela Embrapa Mandioca e Fruticultura – CNPMF –, na Bahia, com os pataxós, de recuperação de culturas agrícolas historicamente importantes para a auto-sustentação daquelas comunidades. Vários projetos também se encontram em andamento, apoiados por pesquisadores da Embrapa, direcionados aos índios tupiniquins, de Camboios, ES, pela Embrapa Solos do Rio de Janeiro – CNPS.

A atuação da Embrapa, ao apoiar as populações indígenas, está, ademais, em consonância com o Objetivo Global 3 do Plano Diretor – PDE 1999–2003 –, que destaca a necessidade de viabilizar soluções tecnológicas que contribuam para diminuir os desequilíbrios sociais do País, assinalando, entre os resultados esperados: “Desenvolver conhecimentos e tecnologias para o aprimoramento dos sistemas de produção das populações tradicionais, tais como as indígenas e as extrativas” (Embrapa, 1999).

Os índios no Brasil



Informações oficiais indicam que no Brasil existem hoje 210 povos indígenas, totalizando uma população de cerca de 300 mil indivíduos, que vivem em milhares de aldeias, de norte a sul do País (Funai, 2000). Apesar das

diferentes formas de contato com segmentos da sociedade brasileira, tais povos continuam mantendo sua identidade e se afirmando como grupos étnicos distintos, ou seja, depositários de línguas, culturas e tradições próprias. Em alguns casos, constata-se, porém, que a língua materna foi substituída pelo português e incorporaram-se produtos industrializados aos hábitos alimentares. Infelizmente, tal situação tem alimentado o questionamento sobre a legítima identidade de alguns grupos indígenas mais aculturados, que convivem com comunidades de não-índios, pretexto que serve para lhes negar o direito natural à terra, ao mesmo tempo que para justificar sua exploração como mão-de-obra barata.

A denominação “índio” aplica-se a todo indivíduo que se identifica como tal, isto é, que é reconhecido pelos membros de sua comunidade como um de seus membros e que preserva vínculos históricos com as populações de origem pré-colombiana. Como esses fatores são difíceis de ser medidos e avaliados, decorre daí a dificuldade de identificar tal segmento da sociedade brasileira, tanto pelos órgãos oficiais como pelas próprias lideranças das organizações indígenas. O universo indígena não contempla, ademais, o contingente indígena que vive nos centros urbanos, pois os dados disponíveis não são consistentes. A disponibilização de informações contextualizadas sobre os indígenas brasileiros seria o único meio que tornaria possível corrigir as distorções geradas pela imprensa mal informada, por imagens genéricas e fatos fragmentados.

Estudos antropológicos agrupam a população indígena em quatro categorias, conforme o grau de contato com a sociedade brasileira envolvente, preservando, porém, o *ethos* tribal. Segue a classificação mais conhe-

cida, apresentada nos estudos antropológicos de Darci Ribeiro (Ribeiro, 1979):

- Grupos Isolados – são aqueles povos que escaparam ao contato com a sociedade envolvente, graças ao fato de habitar regiões de difícil acesso. Pouco numerosos, vivem plenamente o seu modo de produção, mas são bastante vulneráveis ao contato com a civilização branca, que lhe pode ser fatal. A própria Funai não tem informações consistentes sobre sua quantidade e localização. Antropólogos, indigenistas e o órgão oficial não têm, ademais, uma posição unânime sobre a forma de abordagem a tais populações indígenas, localizadas basicamente no Norte do País, questionando-se até a necessidade de estabelecimento de contato com elas.
- Grupos em Contato Intermitente – são aqueles que estabeleceram uma certa distância das frentes de penetração, restringindo os contatos com agrupamentos não-índios. Não comercializam a produção e nem dependem da sociedade envolvente, conservando o modo de produção tribal, basicamente sustentada na caça, na pesca e no extrativismo vegetal.
- Grupos em Contato Permanente – representam a grande maioria dos povos indígenas do Brasil. São aqueles que, ao longo da História, estabeleceram diversas relações com a sociedade envolvente. Tais relações mudaram o curso autônomo desses povos e romperam o equilíbrio do modo de produção tribal, criando, em contrapartida, vigorosos laços de subordinação e dependência em relação à sociedade

abrangente. Em consequência, a luta de interesses faz com que tais povos vivam em constantes conflitos, identificados principalmente em choque de culturas e em diferentes modos de produção, que contrapõem o primitivo sistema de partilha coletiva da terra ao sistema capitalista da propriedade privada, no qual a terra representa um elemento de troca. Por fim, o conflito culmina pela consciência de perda de identidade étnica e a conseqüente desagregação de uma cultura, suas tradições e valores, além da marginalização e da discriminação.

- Grupos Integrados – representa aqueles povos que abandonaram o modo primitivo de produção e se transformaram em mera força de trabalho, que os colocam em posição de igualdade com um operário ou um camponês. O fator étnico é o problema mais grave nesse processo de integração, pois tais povos perdem a identidade, como nação e cultura, e sua condição de cidadãos produtivos. Assim, em vez da esperada integração, o convívio das comunidades indígenas com a sociedade envolvente resulta em extermínio e etnocídio.

A realidade das populações indígenas é frequentemente ignorada, desde os sistemas de produção agrícola e as múltiplas manifestações culturais, até o manejo ecológico das florestas e a proteção da biodiversidade, em virtude dos poucos canais e espaço para a sua difusão no cenário cultural e político do País. Como consequência, são disseminados os estereótipos negativos de indivíduos preguiçosos e bárbaros, em prejuízo de suas tradições orais, suas tecnologias e sua tradicional sabedoria.

A questão indígena



despeito das declarações de responsabilidade, feitas por diferentes segmentos da sociedade brasileira, sobre o destino dessas populações, as ações de iniciativa dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo têm-se revelado contrárias aos seus interesses. No Congresso Nacional, vários parlamentares articulam emendas, projetos de lei e decretos legislativos que restringem os direitos indígenas ou criam obstáculos para sua implementação. Para citar alguns: a) Projeto de Lei nº 1.610/96, que trata da mineração em terras indígenas; b) projeto que extingue a Funai e delega a responsabilidade de assistência e proteção dos povos indígenas do governo federal para Estados e municípios; c) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 133/92, que condiciona a demarcação das terras indígenas à prévia autorização do Congresso Nacional; d) projeto de decreto legislativo que susta a Portaria Ministerial nº 820 que, por sua vez, declara posse permanente das terras situadas em Raposa/Serra do Sol aos índios das tribos macuxi, uapixana, taurepangue e ingaricó.

Por seu turno, as propostas de relevante interesse para a causa indígena estão paralisadas há quase uma década, como é o caso do Projeto de Lei nº 2.057/91, que propõe o Estatuto dos Povos Indígenas e regulamenta temas importantes, como a mineração em terras indígenas e a adequação da Funai às reais necessidades dos indígenas brasileiros. Ressalte-se que o Brasil é um dos poucos países que não ratificaram, por intermédio do Congresso Nacional, a Convenção 169 da Organização

Internacional do Trabalho – OIT –, que dispõe sobre terras indígenas, condições de trabalho, saúde e educação, assegurando a participação indígena nas decisões que lhe dizem respeito.

Na área do Executivo, fortes pressões dos lobbies de madeireiras, mineradoras e empresas agropecuárias impedem a implementação de ações administrativas, como a regularização de terras indígenas. No caso da área Raposa/Serra do Sol em Roraima, continuam em discussão os direitos pretensamente adquiridos pelos invasores daquelas áreas, retardando-se a homologação dos atos regulatórios.

No âmbito do Poder Judiciário, existe um infindável número de ações impetradas pelos invasores de áreas indígenas que visam reduzir as áreas demarcadas, suspender as demarcações ou mesmo extorquir dos cofres públicos indenizações milionárias por benfeitorias supervalorizadas. A maioria das sentenças é desfavorável aos direitos e interesses indígenas, a exemplo do ocorrido com os povos xucurus, em Pesqueira, PE, e os caiapós, da área Baú, em Parecis do Mato Grosso.

Situação indígena versus conquista no Brasil



O embate entre colonizados e colonizadores, na História do Brasil, é um relato de eterna derrota para a comunidade indígena. No período colonial, essa luta se fez, não raro, com a permissão do governo de Portugal, recorrendo até à força armada. Da Independência até os dias de

hoje, a luta contra a comunidade indígena continua por iniciativa de particulares, a despeito da proteção que a lei garante à população indígena.

Segundo relatos antropológicos (Mellati, 1986), a maior parte das tribos indígenas desapareceu por onde avançaram as frentes civilizadas. No primeiro século de colonização, foram dizimados os índios do litoral leste e sudeste do Brasil, ou seja, aqueles que entraram em choque com os brancos. Estes não somente tentaram se apropriar das terras indígenas para implantar lavouras de cana-de-açúcar, como tentaram escravizá-los para servir de mão-de-obra aos canaviais. É naquela época que começam a desaparecer da faixa litorânea os índios do tronco tupi, restando apenas os potiguaras, no litoral da Paraíba, que atualmente sobrevivem acossados pela especulação imobiliária e pela indústria turística naquele Estado. Não se sabe quantas tribos indígenas desapareceram nos 500 anos de descoberta do Brasil, contudo há registros de que, entre 1900 e 1957, desapareceram 87 grupos indígenas, seja dizimados por doenças, seja pela expansão das diferentes frentes extrativistas, agrícolas e pastoris (Ribeiro, 1957).

Exposição a enfermidades



extermínio de milhares de tribos indígenas não pode ser atribuído exclusivamente a choques armados com os brancos ou à escravidão no período colonial. Muitos indígenas foram dizimados pela exposição a enfermidades desconhecidas do seu meio. Gripe, sarampo, catapora,

pneumonia, varíola e tuberculose dizimaram populações indígenas inteiras, em razão da completa ausência de imunidade do nativo a essas doenças, além do desconhecimento da forma como tratá-las. A título de exemplo, registra-se o caso dos índios gaviões, no Pará, que somavam uma centena de indivíduos no momento do contato e da pacificação, em 1955, sendo drasticamente reduzidos, por um surto de pneumonia, a apenas 21 membros, em 1961. (Gregor, 1982)

A tuberculose, doença recente entre os indígenas, tem causado muitas mortes, decorrentes basicamente de carência alimentar. Sabe-se que a fonte de proteínas de que os índios dispunham no passado era a carne proveniente da caça e da pesca, hoje escassa, em virtude da limitação das áreas de caça e pesca e da disputa por alimentos com a população civilizada (colonos, assentados da reforma agrária, assalariados das grandes empresas agropecuárias e trabalhadores dos garimpos). Assim, os alimentos agrícolas consumidos pelos indígenas, se são ricos em amido, não contêm as proteínas essenciais, pela ausência de leite, carne e ovos na sua dieta. (Mellati, 1986)

Frente extrativista



contato das populações indígenas com o mundo civilizado consumiu-se tanto por intermédio de missionários e funcionários da Funai quanto por frentes de expansão ou exploração econômica, que penetraram nas áreas indígenas. A participação de tais frentes foi estudada por Darcy

Ribeiro, interessado no estudo dos contatos interétnicos, que classificou-as em três: extrativistas, agrícolas e pastoris.

Os indivíduos que penetram as áreas com o objetivo extrativista estão, obviamente, interessados na exploração de algum recurso nativo, animal, vegetal ou mineral. Geralmente compõem-se de bandos móveis de homens que tendem a desalojar qualquer grupo indígena que encontrem, aproveitando a mão-de-obra para o trabalho de remeiros e de transportadores pela floresta. As tribos mais aguerridas conseguem resistir à penetração dessas frentes, evitando, assim, maiores danos a suas terras e a suas culturas. Em outros casos, porém, as frentes extrativistas são recebidas pacificamente pelos indígenas, e desse contato já resultou até a apropriação dos territórios tribais e a conseqüente escravização ou dizimação das populações indígenas.

Frente agrícola

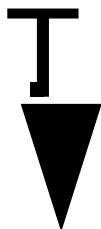


Quando o contato da sociedade brasileira com as populações indígenas se estabelece pelas frentes agrícolas, os conflitos passam a ser mais intensos, pois o interesse predominante é a ocupação das terras para a implantação de lavouras. Neste caso, as condições naturais modificam-se e os índios têm que se adaptar ao novo contexto para sobreviver. Como conseqüência, observa-se a redução de suas áreas, a escassez de animais para caça e a poluição dos rios, com a conseqüente mortandade de

peixes. Vários casos ocorridos em diferentes regiões do País são exemplos da utilização de indígenas como mão-de-obra barata na implantação de lavouras; as consequências nefastas desse contato são o esquecimento da língua primitiva e o abandono de culturas, além da exposição a doenças, que podem ganhar a proporção de epidemias.

Recentes confrontos com os índios têm-se dado nas áreas de ocupação e/ou expansão de fronteiras, por agricultores que, ao implantar lavouras, acabam violando as fronteiras das terras indígenas. Apesar do empenho do Incra e da Funai, esses confrontos têm resultado, muitas vezes, em enfrentamentos armados, que resultam em morte de ambos os lados. O caso mais recente ocorreu no sul da Bahia, onde populações indígenas reivindicam a retomada de áreas atualmente ocupadas por fazendeiros de cacau, alguns deles com titulação de posse fornecida pelo governo estadual.

Frente pastoril



ais frentes, que se expandiram pelo Nordeste do Brasil a partir do século XVII, caracterizavam-se pela criação de gado e invasão das áreas indígenas para a expansão dos rebanhos. Em virtude da pouca utilização de trabalhadores nessas atividades, a mão-de-obra indígena já não era necessária, sendo, porém, freqüentemente dizimada para facilitar o avanço da atividade pastoril. Recentemente surgiram projetos agropecuários no Centro-Oeste e no Norte

do País, com a expansão da fronteira agrícola, no qual foram adotadas tecnologias modernas e empregados insumos altamente prejudiciais às populações indígenas atingidas. Atualmente a batalha é travada em tribunais e no Congresso Nacional, onde se questiona o direito dos índios inclusive às terras já demarcadas, sob a alegação de necessidade de expansão agropecuária, exploração do subsolo rico em minérios e segurança nacional.

Visão da sociedade brasileira sobre os indígenas



Recentemente foi realizada uma pesquisa de opinião entre a população brasileira, encomendada pelo Instituto Sócio Ambiental – ISA –, por meio de amostra representativa, para se conhecer a opinião pública sobre a questão indígena. O Ibope entrevistou 2 mil pessoas em várias cidades do País, às vésperas das comemorações dos 500 anos da descoberta.

- A imagem que se tem dos índios
 - 78% dos entrevistados revelam ter interesse pelo futuro dos índios.
 - 88% concordam que os índios sabem preservar a natureza, vivendo em harmonia com ela.
 - 81% refutam o esteriótipo de preguiçosos, embora entendam que os índios têm uma forma peculiar de encarar o trabalho.
 - 89% entendem que os índios não são diferentes dos demais brasileiros; apenas possuem cultura diferente.

- 89% reconhecem-nos como comunidade pacífica e atribuem sua violência apenas sob provocação de invasores.
- O papel do governo na questão indígena
Interrogados sobre o papel do governo em relação à situação dos indígenas brasileiros, os entrevistados responderam o seguinte:
 - 82% atribuem ao governo federal a responsabilidade pela proteção dos povos indígenas contra a ameaça de extinção.
 - 75% concordam que os índios devam ser protegidos pelo governo e assistidos por uma sistema de educação.
 - 93% sugerem que o sistema educativo direcionado para as populações indígenas respeite e conserve os seus valores.
- Os três maiores problemas dos indígenas
Perguntados sobre os três maiores problemas enfrentados pelos índios brasileiros, os entrevistados deram as seguintes respostas:
 - 57% concordam que o maior problema é a invasão das terras pelos não-índios.
 - 41% apontam o desrespeito a sua cultura; 28% indicam as conseqüências danosas da exposição dos índios a doenças transmitidas pelo contato com os brancos.
- Medidas a serem priorizadas pelo governo
Perguntados sobre as medidas que o governo deveria priorizar para atender aos indígenas brasileiros, foi respondido:
 - 48% concordam com a implantação de programas de saúde adequados a suas necessidades.

- 37% apontam como prioridade a demarcação de suas terras.
- 31% sugerem que se estimule a produção de bens voltados para o mercado consumidor.
- Direito dos índios a serem “diferentes”
Na pesquisa, houve consenso quanto ao reconhecimento do direito dos indígenas a uma identidade cultural distinta, conforme as respostas a seguir:
 - 92% acham que os índios devem continuar vivendo de acordo com seus costumes.
 - 67% discordam da opinião de que os índios devam abandonar a selva e se integrar à comunidade dos não-índios.

Outro aspecto relevante detectado pela pesquisa foi quanto à mudança de opinião sobre o futuro das populações indígenas brasileiras. Em vista da tragédia histórica representada pelos 500 anos de colonização, quando muitos povos foram extintos e a população de quase 3 milhões de pessoas foi reduzida aos 300 mil atuais, até há pouco tempo formou-se a crença de que a população indígena brasileira estaria em via de extinção. Contrariando esse juízo, a maior parte dos entrevistados (45%) expressou otimismo quanto ao futuro dos índios, tanto com relação à preservação de suas culturas como à garantia de continuarem vivendo em suas terras. Dados recentes indicam que, entre 1970 e 1999, a taxa de natalidade entre os indígenas foi maior do que a entre os não-índios.

Quanto ao aspecto da demarcação das terras indígenas, os entrevistados deram também expressivo apoio às suas reivindicações. Informados que os índios representam hoje apenas 0,2% da população brasileira e têm

direito de posse permanente e de usufruto exclusivo sobre 11% do território nacional, apenas 22% dos entrevistados consideram que 11% correspondem a muita terra para um pequeno universo de indígenas. Em contraposição, 68% dos entrevistados entendem que a extensão de terras a que têm direito é adequada ou insuficiente.

Finalmente, indagados sobre a forma de tratamento a ser dispensado aos índios aculturados, isto é, os que falam português e se vestem como não-índios, 70% dos brasileiros consideram que os seus direitos territoriais devam, ainda assim, ser respeitados, contra apenas 24%, que opinaram pela sua perda, nessas circunstâncias.

Visão dos indígenas sobre a sociedade



Como contraponto à pesquisa feita entre os não-índios a respeito da questão indígena, registram-se, em seguida, testemunhos indígenas sobre a trajetória de seus povos, suas culturas, tradições e a luta pela terra.

- Mário Juruna, cacique xavante da comunidade indígena namucurá, Barra do Garça, MS:

“...a gente vai só morrendo. Xavante antes era muito, tinha muita caça, muita comida, hoje a gente está espremido, não tem mais para onde correr, tem gente para todo lado. Antigamente, no tempo dos avós, toda terra era nossa, aí che-

garam os portugueses, levaram tudo, só sobrou um pouquinho para nós. (...) Os missionários ensinam a gente a rezar, só para índio ficar besta, não brigar. Tiram a língua do índio, ensinam português, mas deixam as meninas trabalhar em Manaus e depois ficar doentes porque ficam prostitutas. Muito antes deles ensinarem a rezar, deviam lutar por nós. (...) em todo lugar índio está igual, todo mundo roubando índio, parece que índio não é gente igual a branco. Branco pensa que é dono de tudo, vai chegando, tomando terra, tomando mulher, levando tudo. Só deixa terra ruim para índio”.

- Marcos Terena, Taunay, MS:

“Após 500 anos, nunca ouvimos que os povos indígenas têm direito à terra, ou seja, à vida. Agora é necessário ouvir isso, pois é preciso concretizar os sonhos de nossos antepassados de criar um novo tempo. (...) nós os povos indígenas, não podemos nos esquecer dos mais de 900 povos, dos mais de 5 milhões que desapareceram. Um holocausto indígena que deve ser contado para as novas gerações, não com ódio ou espírito de vingança, mas para assegurar que, nas relações futuras, isso jamais se repita. As políticas públicas de colonização e integração sempre foi uma tática do governo federal para nos amansar, dominar e destruir e, por um período muito grande esses objetivos foram atingidos. O governo do Brasil deveria então demarcar as terras ocupadas pelo restante de nossos povos. Nós, os povos indígenas, não

aceitamos ser apenas figurantes, mas partes do processo, como raiz do passado, mas também alicerces do futuro”.

- Megaron, txucarramãe, Parque Indígena do Xingu:

“Depois que a estrada BR 080 atravessou o Rio Xingu e o meu povo mudou para cima, apareceu todo tipo de gente para caçar onça, para pescar e até começaram a abrir as fazendas... Em 1972, um índio que trabalhava na estrada pegou sarampo e levou para o pessoal do Jarina. Caraíba (branco) não é ruim. Eu sei que tem caraíba bom e caraíba ruim. Caraíba tem doença que índio não tem”.

- Carta dos pajés reunidos na UnB, em maio de 2000:

“O Brasil é a terra dos nossos antepassados. A natureza é a morada do Grande Espírito que protege todos os povos da Terra. Durante muito tempo, a cada nascer do sol, a cada anoitecer levantamos nossas cabeças para cantar, dançar e agradecer a vida. Cada dia precisamos fortalecer o nosso espírito como parte do equilíbrio de vida, da terra e da natureza. Por isso é preciso demarcar as nossas terras. (...) Para nós, os pajés e líderes espirituais dos povos indígenas, cinco séculos não fazem nenhum sentido, pois os ensinamentos de nossos antepassados vêm de muito mais longe no tempo. Nossa sabedoria foi transmitida tradicionalmente de geração em geração, para manter viva a cultura, os conhecimentos medicinais, os alimentos e a

visão do espírito da terra e dos homens, que fazem parte da nossa forma de ver, pensar e sentir o mundo e a nós mesmos. (...) Quando olhamos o mundo do homem branco, percebemos que muitos continuam destruindo o que a natureza criou por milhares de anos, pois acreditam que vão se beneficiar com os lucros imediatos. Parem de jogar seus dejetos nos céus, nas águas e na terra, caso contrário haverá um grande desequilíbrio do Universo e da Humanidade. (...) Voltaremos para nossas aldeias e lá seguiremos como pajés, cantando ao Grande Criador, tocando os nossos chocalhos e falando, pois, enquanto houver nossa canção e o sorriso de nossas crianças, índios e brancos, haverá a esperança de um mundo melhor”.

- Cacique Seattle, Estados Unidos:

“Os mortos do homem branco esquecem a terra onde nasceram, quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. Os picos rochosos, os sulcos úmidos das campinas, o calor do potro e o homem – todos pertencem à mesma família. (...) Essa água cristalina que corre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados (...) cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida de meu povo. O murmurar das águas é a voz de meus ancestrais. Sabemos que o homem branco não compreende nossos costumes. Uma porção de terra para ele tem o mesmo significa-

do de qualquer outra, pois é um forasteiro que vem à noite e extrai da terra aquilo que necessita (...) Trata sua mãe, a terra, e seu irmão, o céu, como coisas que possam ser compradas, saqueadas, vendidas, como carneiros ou enfeites coloridos. (...) a terra não pertence ao homem: o homem pertence à terra. O homem não tramou o tecido da vida, ele é simplesmente um de seus fios, e o que quer que faça ao tecido faz a si mesmo”.

Integração do índio com a natureza



s testemunhos acima mencionados revelam a integração das populações indígenas com a natureza e os sentimentos que lhes evocam a terra, os rios, as montanhas e as florestas. Qualquer contato com tais segmentos da sociedade deve levar em consideração essa realidade sociocultural, pois, do contrário, as tentativas de aproximação resultarão em conflitos ou fracassos.

“A interação com a natureza se estabelece através de uma reciprocidade em que ambos são considerados e respeitados como sujeitos. Isto implica um tipo de contrato natural entre as partes em que não há posse nem dono, conseqüentemente não se pode vender nem comprar. A terra não pertence ao homem.” (Meyer, 2000)

Segundo o professor Carlos Rodrigues Brandão, “reconhecer-se em condições de igualdade com as plan-

tas, os animais, os minerais, as estrelas, a lua, indica que a natureza adquire também significados como natureza-sujeito, natureza-significativa e natureza-social. Portanto, o relacionamento dos grupos tribais com o mundo natural demonstra como essas três concepções de natureza estão bem articuladas. Os índios estão imersos no mundo natural, vendo-se a si mesmos como as plantas e os animais com os quais convivem prática e simbolicamente. Dentro de uma lógica de explicação da origem dos seres humanos, uma tribo pode imaginar-se descendente de uma união entre o sol e a lua, enquanto uma outra pode considerar-se gerada por um casal de animais totemicamente tido como ancestral. No amplo e generoso universo de permutações, os indígenas vêm-se em trocas continuadas com a natureza.” (citado de Meyer, 2000)

A terra para os indígenas é um ser vivo próximo, um parente a quem se chama de mãe e de irmã. Tal ligação é fundamental para resgatar e reintegrar o ser humano ao mundo natural. E a história do homem branco, segundo os índios, tem sido mais uma história contra o mundo natural. Contudo, mesmo que se tenha uma visão fragmentada e dissociada do ambiente, já se inicia um processo de inserção no mundo e nas relações sociais, buscando-se estabelecer um vínculo fraternal e solidário com os demais seres.

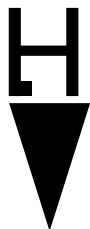
Para Brandão, existem três princípios de relações que orientam o sentimento e o saber dos índios a respeito do mundo e dos seres naturais com os quais se relacionam: “A terra e os seus elementos não são uma coisa, mas um dom; tudo o que existe é dado ao homem estabelece a obrigação de uma reciprocidade que dissolve a dualidade entre a natureza e a sociedade e que se atualiza

continuamente por meio de trocas de parte a parte: a terra não é somente um lugar, mas um tempo realizado de símbolos e de memórias”.

Uma das mais relevantes contribuições da cultura indígena para a sociedade brasileira, no momento em que se depara com a necessidade de novos paradigmas de desenvolvimento, como a defesa da biodiversidade, é a dimensão do dom que representa a natureza, não sendo um objeto a ser expoliado. Na verdade, ela é um patrimônio universal, que une gerações passadas, presentes e futuras. Para estabelecer tais vínculos, as relações têm de estar assentadas em bases de reciprocidade, em que uma parte adquire significados específicos, sem perder a característica central de igualdade entre sujeitos diferenciados.

Por outro lado, “num tipo de sociedade que se estrutura por uma atividade econômica de exploração dos recursos naturais e de recursos humanos, sem considerar os aspectos ecológicos e simbólicos, compreender a natureza como um sujeito igual requer uma mudança de mentalidade e de modo de vida”.

A luta pela emancipação



istoricamente tem-se observado que o destino dos povos indígenas no continente americano pode ser resumido na seguinte fórmula: a liberdade e o direito a uma existência saudável e à autonomia cultural aumentam de acordo com o distanciamento dos brancos. Os índios sempre tiveram

consciência desta “lei do distanciamento”, pois, a partir do século XIV, as centenas de povos com suas culturas estabelecidas na América precisaram empreender a fuga para mata adentro, procurando fugir ao avanço da “civilização”. (Genocídio..., 1984)

No Brasil, os primeiros a fugir foram os índios da costa sul e leste, onde se deu a colonização das terras de forma mais rápida e abrangente. Um exemplo extraordinário desse êxodo foi o que ocorreu com os índios tupinambás, iniciando um espantoso movimento de migração, composto por dezenas de milhares de índios, à procura de refúgio na Amazônia. Essa verdadeira peregrinação tinha como objetivo a busca da “terra sem males”, como eles mesmos diziam.

A trajetória do etnocídio e extermínio indígenas, iniciada em 1500, prosseguiu até época recente, assumindo características distintas e aparentemente mais humanas, como poderemos ver a seguir.

Nos anais do Descobrimento, registra-se que, no início da colonização portuguesa, os índios sequer eram reconhecidos como seres humanos. Por algum tempo foram considerados selvagens sem alma, portanto inábeis para a fé católica”, e que deviam ser tratados como animais brutos.

Em 1537, o papa Paulo III reconheceu, em bula, a condição humana dos índios, e que os faziam merecedores de tratamento digno pelos colonizadores.

Em 1570, uma lei proibia formalmente a escravização dos índios. Contudo, condicionava o cum-

primento da lei à conversão dos índios à religião católica e aos costumes europeus. Os índios passam à responsabilidade dos padres jesuítas, que implantaram modelos de catequese, aldeamento e sistemas de produção agrícola.

Em 1750, a política indigenista foi modificada pelo Marquês de Pombal, que, além da expulsão dos jesuítas, proibiu as denominadas tropas de resgate, que eram expedições para capturar escravos, nas chamadas guerras justas. Após a expulsão dos jesuítas, do fim dos aldeamentos e da proibição da política de conversão, Pombal instituiu prêmios, em terra ou dinheiro, para estimular os casamentos de brancos com índios, apressando, assim, a integração do indígena à sociedade. Em substituição aos aldeamentos, foram criados os diretórios, e as aldeias foram transformadas em cidades, administradas por um chefe índio e um diretor branco. Não se proibiu o trabalho escravo para os fazendeiros brancos, mas foi proibida a prática da língua indígena. (Genocídio..., 1984)

Com a proclamação da República, em 1889, a responsabilidade pelos índios foi transferida para os Estados, que, indiferentes ao seu destino, não se preocuparam em instituir nenhum programa de defesa de seus interesses, principalmente os relativos à demarcação de terras. Em 1911, surgiu a figura de um de seus maiores defensores, o Marechal Rondon, cuja filosofia no trato com os índios ficou famosa com a máxima “morrer se preciso, matar nunca”. Ele foi o fundador do Serviço de Proteção dos Índios – SPI. Após sua morte, recomeça, porém, a perseguição e o massacre aos indígenas.

Em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio – Funai –, em substituição ao SPI, passando a tutela do índio, juridicamente incapaz, ao governo federal. A política de emancipação significou, porém, a transformação do índio em cidadão de segunda categoria, ou seja, sua entrada na civilização se deu pelas portas dos fundos.

Durante o período de expansão agropecuária no País, coincidente com a fase do “milagre” brasileiro, o regime militar tentou ajustar os interesses e os anseios dos indígenas às necessidades do Programa de Integração Nacional – PIN. O grande objetivo do programa era preparar a penetração em massa de grandes empresas nacionais e internacionais no paraíso representado pelas riquezas naturais da Amazônia. Era conhecido o mote “integrar para não entregar”, dos anos 70, período do “milagre” brasileiro.

Finalmente, a partir dos anos 80, são criadas dezenas de associações lideradas pelos indígenas e apoiadas pela Igreja e por organizações não-governamentais, a exemplo da União das Nações Indígenas – UNI. Várias ações mobilizadoras dos índios brasileiros, de âmbito nacional e internacional, têm trazido a questão indígena ao foro popular de debates. Nas Nações Unidas e na Organização Internacional do Trabalho – OIT –, em universidades e no Parlamento Brasileiro, a presença das lideranças indígenas se faz sentir, com suas principais reivindicações pela demarcação das terras, pela defesa de suas culturas, línguas e tradições, e pelo direito à recompensa pelos diferentes saberes e pelas descobertas coletivas, em favor da biodiversidade e das plantas medicinais tradicionalmente conhecidas.

Atuação da Embrapa em áreas indígenas



Em fase de implementação, o convênio Embrapa/Funai já apresenta resultados positivos nas diversas áreas indígenas em que atuam os pesquisadores dos centros, principalmente na recuperação de germoplasmas, no assessoramento à implantação e à manutenção de hortas comunitárias e no esforço para a valorização dos sistemas agrícolas tradicionais nas diferentes áreas contatadas. Na realização de tais ações, é levado em consideração o estágio atual das populações contatadas, na tentativa de responder às demandas concretas sem impor modelos ou formas estranhas a sua cultura e tradições.

Progressivamente, as Unidades Descentralizadas da Embrapa vão aprendendo a lidar com esse público bastante diferenciado, iniciando com a fase de motivação ou mobilização do próprio pesquisador, para estruturar equipes de pesquisadores capacitados para detectar as principais necessidades das populações: produção agrícola, sistema alimentar, recursos da flora e fauna, além dos aspectos socioculturais das populações envolvidas.

A transferência de conhecimentos e técnicas agrícolas para as comunidades agrícolas tem aumentado a produção de alimentos nessas áreas, ampliando-se o raio de ação para diferentes regiões do País e recebendo a adesão de pesquisadores decididos a compartilhar conhecimentos com a sabedoria dessas populações.

Vários projetos e subprojetos conduzidos por pesquisadores dos Centros de Pesquisa da Embrapa e das empresas estaduais atestam o compromisso do Sistema

Nacional de Pesquisa Agropecuária para com esse segmento da sociedade brasileira, secularmente marginalizado do processo de desenvolvimento alcançado pelo País, significando uma contribuição para o resgate da dívida social de 500 anos.

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia



Projeto teve início em 1995, com o objetivo de recuperar a agricultura tradicional indígena e os valores culturais nas aldeias dos craós, no Estado do Tocantins. Fator relevante no início das atividades foi a devolução, pelo Cenargen, de sementes tradicionais de milho, cultivadas há centenas de anos, mas progressivamente substituídas pelo milho híbrido. As sementes tradicionais estavam armazenadas em câmaras frias na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, cujas amostras há várias décadas foram coletadas na região.

A coleta e o armazenamento das amostras de sementes para evitar a erosão genética das espécies nativas tiveram como objetivo o melhoramento genético e a preservação da biodiversidade. Tal procedimento é prioridade e estratégia adotadas internacionalmente. No caso específico dos índios craós, as sementes retornadas às aldeias ajudaram também a recuperar a auto-estima e serviram para diversificar os cultivos nas roças, seriamente ameaçadas pelo monocultivo do arroz. Quanto ao milho, conseguiram acabar com a dependência das sementes híbridas, o que acarretava problemas para a reprodução das sementes e até mesmo dificultava o consumo in natura

e o preparo da alimentação e de bebidas tradicionais. Dessa forma, a recuperação das sementes ajudou a resgatar alguns costumes e tradições, como as festas celebradas com as tribos vizinhas, cujos rituais dependiam basicamente do milho para as comidas e as bebidas típicas.

Numa área de 3.200 km², no nordeste do Estado do Tocantins, demarcada pelo governo federal em 1951, a comunidade craó tem uma população superior a 2.000 pessoas, distribuídas em 16 aldeias. Isso significa que, apesar do massacre sofrido por esses índios na década de 40, na qual foram quase dizimados pelos fazendeiros da região, a recuperação foi extraordinária.

Levando-se em consideração que a população craó tem a base de sua alimentação na agricultura de subsistência, na utilização de plantas nativas, na caça e na pesca, a atuação da Embrapa tem, como uma das metas, o treinamento dos membros das comunidades para a recuperação de seu patrimônio genético e cultural. Já está em funcionamento um centro de treinamento sobre técnicas de preservação dos recursos naturais e recuperação das práticas tradicionais de alimentação, tipos de bebidas, danças e músicas.

Embrapa Solos

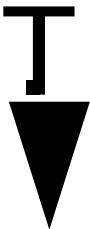


Embrapa Solos, localizada no Rio de Janeiro, trabalha com os índios tupiniquins, de Camboios, no Estado do Espírito Santo, com o objetivo tornar as comunidades auto-suficientes na agricultura. As atividades foram iniciadas logo que a Empresa Aracruz Celulose fez a

doação de 110 hectares de terras para o cultivo, e o convite à Embrapa Solos para que elaborasse um projeto agrícola para a área. Como princípio norteador para a execução dos trabalhos, a intervenção nas comunidades indígenas devia respeitar os anseios e as necessidades da população envolvida, na tentativa de conseguir a sustentabilidade econômica e ambiental.

O projeto abrange uma população de 296 pessoas, pertencentes a 59 famílias, que progressivamente vão se liberando do paternalismo que predominou historicamente na área, para se transformarem em agentes do próprio desenvolvimento. A Embrapa Solos também articulou diversas parcerias com outras instituições para realizar estudos relacionados com hidrologia, climatologia, socioeconomia, agronomia e mercado, em toda a área de abrangência do projeto, além, evidentemente, da caracterização dos diferentes tipos de solos na área.

Embrapa Amazônia Oriental



endo em vista a necessidade de preservação de algumas espécies vegetais em extinção na Amazônia e da sustentabilidade da exploração madeireira pelos índios xicrim, do Cateté, a Embrapa Amazônia, localizada no Pará, está desenvolvendo, em parceria com instituições públicas e privadas, um projeto de campo experimental com mogno. A comercialização dessa espécie em extinção está proporcionando retorno financeiro insignificante para a população indígena, além da redução da caça e de outros meios tradicionais de sobrevivência.

A Embrapa estabeleceu parceria com o Instituto Sócio Ambiental – ISA –, com o objetivo de mudar o modelo de exploração madeireira na área indígena, tornando viável uma exploração racional e com sustentabilidade econômica e ecológica.

Da metodologia fazia parte a criação de um campo experimental, numa área demarcada com módulo de 300 ha, dentro da área indígena, para servir de base para a pesquisa sobre o mogno e sua exploração. Em contrapartida, a população indígena receberá os royalties correspondentes ao pagamento pelas árvores derrubadas.

Também faz parte do projeto a extração de espécies secundárias no primeiro ano de exploração, o desbaste e o corte de cipós e a disseminação de sementes, para posteriormente proceder-se ao corte do mogno, com intervalos que permitam sua reprodução.

Embrapa Cerrados



esquisadores da Embrapa Cerrados estão executando um subprojeto que trata do manejo de sistemas agrícolas nas terras dos índios craós, no município de Itacajá, no Tocantins. Os primeiros contatos foram realizados em 1998 e já estão sendo feitos estudos em duas aldeias, com o objetivo de identificar as ações que permitirão o uso sustentável dos recursos naturais na reserva indígena.

Nas abordagens às comunidades, são utilizadas técnicas do diagnóstico participativo, entrevistas e mapas das áreas feitos pelos próprios índios, além de visitas às roças e respeito ao calendário sazonal, para indicar a melhor época para o plantio. Na aldeia Santa Cruz, a atividade agrícola é desenvolvida na mata ciliar, onde se cultivam preferencialmente mandioca, milho, arroz e batata-doce. Tais produtos, que constituem a base alimentar dos craós, são cultivados em determinada área, pelo período de dois anos, após os quais, transfere-se a cultura para outro local, procedimento que leva à degradação do solo e ao abandono das áreas beneficiadas. Os pesquisadores, atentos aos riscos dessa prática para a sustentabilidade das comunidades indígenas, estão buscando soluções tecnológicas que contribuam para aumentar a produtividade das culturas, sem interferir na cultura local ou na lógica do tipo de plantio adotado. As formas de comunicação entre os membros das comunidades têm merecido, igualmente, a atenção dos pesquisadores. Constatou-se a falta de transferência de conhecimentos das gerações velhas para as jovens e o isolamento a que ficam confinadas as mulheres, por falarem apenas a língua craó, diferentemente dos homens, que conhecem também o português.

Outro aspecto relevante do trabalho é que se iniciou o treinamento para capacitar os indígenas a atuar como multiplicadores, repassando as informações tecnológicas para o restante da população das 17 aldeias. Com esse objetivo, foi construído um centro de treinamento, onde periodicamente são realizados cursos, palestras e troca de informações entre pesquisadores e indígenas.

Além do convênio com a Funai, os pesquisadores da Embrapa contam com parcerias com a Universidade do Tocantins e a Universidade de Brasília, que têm participado do projeto com técnicas do diagnóstico participativo e a divulgação do trabalho em outras aldeias. Os pesquisadores já reconhecem o papel fundamental das atividades desenvolvidas, de autossensibilização, para trabalhar um público que ainda cultiva valores essenciais para a sociedade. (Embrapa, 2000)

Embrapa Mandioca e Fruticultura



Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Fruticultura localizado em Cruz das Almas, BA, executa projeto de transferência de tecnologias para as comunidades indígenas pataxós, destacando-se as culturas da mandioca, banana e abacaxi. A atuação dos pesquisadores é feita em parceria com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, na tentativa de resgate das culturas agrícolas historicamente importantes para a auto-sustentação das tribos pataxós, principalmente no caso da mandioca e da araruta.

Em parceria com organizações não-governamentais, a Funai e o Inra, a Embrapa está, primeiramente, identificando as demandas prioritárias das comunidades silvícolas, para, então, poder reorientar os índios sobre manejos agrícolas. Numa segunda etapa, os pesquisadores tentarão ajudar as comunidades a resgatar e preservar as plantas e os cultivos já extintos.

Também estão sendo implantados bancos genéticos vegetais dentro da reserva indígenas, para preservar materiais genéticos importantes da agricultura pataxó, os quais, mesmo de pouca relevância econômica, têm larga utilização alimentar. É o caso da araruta, tubérculo secularmente utilizado na fabricação da farinha para a composição de papas e mingaus.

Outra preocupação dos pesquisadores é com a preservação da Mata Atlântica, orientando os índios sobre formas de manejo florestal e a utilização da madeira, pois freqüentemente são ludibriados por madeireiros que desmatam a área em troca de pagamentos irrisórios.

Divididos em dois grupos étnicos (hã-hã-hãe e meridional), os índios pataxós têm hoje uma população estimada de 7 mil pessoas, formando 15 aldeias espalhadas por vários municípios do sul da Bahia, como Porto Seguro, Cabralia, Itamaraju, Prado, Itaju Colônia, Pau Brasil, Camacã e Camamu. Atualmente, tem ocorrido vários conflitos por causa de terras, pois os índios tentam recuperar áreas que hoje são fazendas agropecuárias, muitas delas invadidas por fazendeiros ou cedidas a eles pelo governo estadual.

Embrapa Arroz e Feijão



Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão sediado em Goiânia realizou uma experiência de êxito com as comunidades indígenas caiapós, no Estado do Pará. Foram estabelecidas parcerias com a Funai, o Ministério da Previdência Social, a Prefeitura de Redenção e o Sinpaf.

Tendo como protagonista a comunidade indígena caiapó, foi implementado o projeto “Grãos, Alimentos e Solidariedade”, obtendo-se uma produção de 375 toneladas de arroz, que beneficiou uma população em torno de 4.500 indígenas.

Empresas estaduais de pesquisa agropecuária em áreas indígenas



Além de outras experiências de intervenção da Embrapa em áreas indígenas, não mencionadas acima, registre-se que várias empresas estaduais de pesquisa iniciaram atividades com tais populações.

A Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA – tem atuado com populações indígenas do sul da Bahia, principalmente os pataxós:

- A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – atua em parceria com a Comissão Estadual de Assuntos Indígenas, desenvolvendo projetos agropecuários e orientando a produção, a colheita e o armazenamento da produção agrícola pelas comunidades indígenas xacribá, quenaque, maxacali, entre outras.
- Finalmente registra-se a ação da Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul – Empaer-MS –, que, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o governo do Estado, desen-

volve um projeto socioeconômico com as comunidades indígenas da Aldeia de Porto Lindo, em Japorã, naquele Estado, beneficiando 132 famílias, ou seja, cerca de 600 pessoas.

Conclusão



Observando-se a trajetória dos indígenas brasileiros, percebe-se claramente que a grande reivindicação desse segmento da sociedade é o direito à terra. Certamente é a condição primordial para a preservação de suas culturas, tradições, línguas e da própria sobrevivência étnica. Por isso mesmo é que a grande batalha tem sido pela demarcação das terras e demais procedimentos legais, até a homologação e o registro. Contudo, uma das etapas mais conflituosas tem sido a questão das invasões dos territórios indígenas já demarcados e homologados e as ações de retirada dos ocupantes não-índios, isto é, a extrusão. Nestes casos, a legislação exige a indenização das benfeitorias derivadas das ocupações de boa-fé e o reassentamento dos ocupantes em outras áreas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra.

No entanto, de acordo com constatações da Funai e das ONGs, o simples registro das terras indígenas não garante os direitos dos índios sobre o território, pois 85% das 561 terras indígenas brasileiras sofrem algum tipo de invasão. Um exemplo disso é a reserva Alto Rio Guamá, no Pará. Reconhecida desde 1945 e registrada em 1992, a reserva, de 279 mil hectares, tem 60% de seu território

invadido. De acordo com levantamento do Conselho Indigenista Missionário – Cimi –, órgão da Igreja Católica, somente em 1996 houve 32 casos registrados de flagrante de retirada de madeira de reservas indígenas. Em seguida vem o roubo de minério, registrando-se, ainda naquele ano, 15 ocorrências de garimpeiros e mineradoras em áreas indígenas. (Indriunas, 2000)

Tal situação complica-se pelo fato de alguns índios se envolverem com o comércio ilegal de madeira com os invasores. É o caso, por exemplo, dos índios caiapós, que recentemente seqüestraram um grupo de 16 pescadores. Eles mantêm negócios com madeireiros desde a década de 80. Em 1999, os líderes caiapós assinaram um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, no qual se comprometiam a não mais fazer negócios com os madeireiros. O principal problema desses índios, que ocupam quatro reservas com uma população de 4.000 pessoas, é a presença de 250 fazendeiros que alegam ter títulos de posse concedidos pelo Incra e ameaçam recorrer às armas para garantir seus direitos contra a demarcação já realizada pelo governo federal.

O sistema de fiscalização e defesa das áreas indígenas é insuficiente, pois a Funai não tem poder de polícia para evitar eventuais invasões das terras. Essa situação dá origem aos constantes conflitos entre 5.000 índios (tembés, timbiras, caapós e mundurucus) e 7.000 posseiros, com os quais são obrigados a dividir as áreas indígenas no Estado do Pará.

Para algumas lideranças indígenas, a solução de tais problemas repousa na ação conjunta dos diferentes órgãos federais que atuam na área – Incra, Ibama, Funai

e Polícia Federal –, com a participação dos próprios indígenas, que de fato conhecem os limites de suas terras.

Pela sua complexidade, a questão indígena no Brasil exige o envolvimento de vários segmentos da sociedade, em questões que englobam tanto políticas voltadas para a regularização das terras, como formas de preservação das culturas, recuperação dos recursos genéticos, segurança alimentar e garantia de bem-estar dessas populações. A Embrapa e as empresas estaduais de pesquisa têm demonstrado, pela sua atuação com algumas comunidades indígenas, que é possível realizar metas em uma ação efetiva com essas populações, valorizando seus recursos naturais e culturais, numa atitude de respeito aos valores tradicionais e de resgate de suas potencialidades.

Referências bibliográficas



BRANDÃO, C. **Antropologia e indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.

EMBRAPA (Brasília, DF). **III Plano Diretor da Embrapa 1999-2003**. Brasília, 1999. p. 24.

EMBRAPA (Brasília, DF). **Terra e alimento**: panorama dos 500 anos de agricultura no Brasil. Brasília, 2000. 196 p.

EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (Planaltina, DF). Embrapa Cerrados estuda sistema agrícola na comunidade Krahó. **Cerrados Informa**, Planaltina, n. 49, p. 4-5, julho 2000.

FUNAI. **Revista Brasil Indígena**, Brasília, v.1, n. 1, Dezembro 2000.

GENOCÍDIO sem trégua. A política indigenista brasileira. In: **RETRATO do Brasil**. Da monarquia ao Estado militar. São Paulo: Política Editora, [1984]. p. 145-149.

GREGOR, T. M. **O drama da vida diária de uma aldeia do Alto Xingu**. São Paulo: Nacional, 1982.

INDRIUNAS, L. Questão Indígena. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 agosto 2000.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL - ISA. **Pesquisa sobre a visão dos brasileiros sobre os indígenas**. Brasília: ISA/IBOPE, 1999.

LAUDATO, L. **Yanomami - o caminho**. Brasília: Universal, 1998.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec/UnB, 1986.

MEYER, M. Cacique dá aula de educação ambiental na UnB. **Folha do Meio Ambiente**, Brasília, p. 9-10, abril, 2000.

RAMOS, A. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, D. **O índio e a civilização: integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis: Vozes, 1979.

RIBEIRO, B. G. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1979.

SOUZA, M.; RIBAMAR, J.; JURUNA, M.; MEGARON; TERENA, M. **Os índios vão à luta**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

Títulos lançados:

Texto para Discussão, 1
A Pesquisa e o Problema de Pesquisa:
Quem os Determina?

Texto para Discussão, 2
Projeção da Demanda Regional
de Grãos no Brasil – 1996 a 2005

Texto para Discussão, 3
Impacto das Cultivares de Soja da Embrapa
e Rentabilidade dos Investimentos
em Melhoramento

Texto para Discussão, 4
Análise e Gestão de Sistemas
de Inovação em Organizações
Públicas de P&D no Agronegócio

Texto para Discussão, 5
Política Nacional de C&T
e o Programa de Biotecnologia do MCT

Próximos lançamentos:

Texto para Discussão, 7
Seleção de Áreas Adaptativas de Desenvolvimento
Agrícola Usando Algoritmos Genéticos

Produção editorial, impressão e acabamento
Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia

Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Secretaria de Administração Estratégica

Gu
q y i k p
A s k d
V z b f
G T f
U w
M



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

GOVERNO
FEDERAL
Trabalhando em toda a Brasil